

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 40/2023/PMJ – EDITAL PE Nº 17/2023/PMJ****MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS****TIPO: MENOR PREÇO – POR ITEM****PARECER DE FASE INTERNA DE LICITAÇÃO****RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de análise, pela Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública do Município, regida pela Lei Complementar nº. 425/2021 e Lei Complementar nº. 387/2019, do Processo Licitatório nº. 40/2023/PMJ, modalidade de Pregão Eletrônico – PE nº. 17/2023/PMJ, encaminhado através do Fly protocolo nº. 4197/2023.

O processo encontra-se instruído com solicitação de abertura do processo licitatório pela Secretaria de Comunicação, Cultura, Turismo e Eventos, por meio do Fly protocolo nº. 4197/2022, protocolado em 24/02/2023 e do Termo de Referência nº. 01/2023, o qual indica o objeto e sua especificação, modalidade, justificativa, estimativa do valor da contratação, dotação orçamentária, fiscais do contrato, forma de execução, além de outras informações que a secretaria solicitante julgou pertinente.

Com base na solicitação apresentada, o Setor de Compras e Licitações, elaborou a minuta do edital, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO -SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, tipo menor por item, conforme Lei nº. 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº. 10.024/2019, Decreto Municipal nº. 5.918/2020 e a Lei nº. 8.666/1993, com o seguinte objeto:

A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando a locação eventual e futura de sanitários e pias portáteis, para atendimento das demandas da Secretaria de Comunicação, Cultura, Turismo e Evento do Município de Joaçaba, SC, e dos demais órgãos participantes.

Observa-se também o Termo de Referência com a seguinte justificativa:

Os banheiros químicos são uma solução largamente utilizada em escala global em diferentes ocasiões, tais como eventos festivos, frentes de trabalho móveis, feiras livres, dentre outras aplicações. **Urge licitar pois os banheiros químicos são de extrema necessidade de higiene nos diversos eventos que serão realizados no ano de 2023 e demais necessidades das entidades participantes.** (grifo nosso)

Foram anexados ao processo, memorando com termo de referência e solicitação de



abertura do processo licitatório, planilha orçamentária, planilha de quantitativos, orçamentos, parecer contábil e parecer jurídico.

O parecer contábil destacou que no referido procedimento, não há a necessidade de bloqueio de recursos orçamentários, visto a peculiaridade do SRP, na qual, o ente Administrativo somente registra os preços de determinados objetos/itens que por ventura tem pretensão de adquirir durante o exercício financeiro, e no momento da aquisição, faz-se o empenho dos valores dos itens em questão, entendo que foram atendidos todos os pressupostos necessários.

Já o parecer jurídico verificou que o edital obedece ao disposto da legislação aplicável, preenche os requisitos legais, motivo pelo sugeriu o prosseguimento do procedimento licitatório.

Conforme planilha orçamentária anexa ao processo o valor estimado para esta contratação é de **R\$ 692.079,00 (seiscentos e noventa e dois mil e setenta e nove reais)**.

Por fim, o prazo de vigência do presente contrato é 12 (doze) meses, contados da data da assinatura.

É o relatório.

ANÁLISE

A Constituição Federal estabelece no artigo 37, inciso XXI, que as contratações realizadas pela Administração Pública deverão ser realizadas através de processo licitatório que assegure igualdade de condições aos concorrentes.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações **serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o que somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

As normas gerais sobre os procedimentos de licitações e contratos administrativos são previstas na Lei nº. 8.666/1993 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos e são de observância obrigatório pelos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob pena de apresentar vícios de ilegalidade passíveis de anulação e demais cominações.



A referida legislação prevê em seu artigo 2º a necessidade de licitação para contratações junto à Administração Pública:

Art. 2º. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Ainda, a Lei nº. 8.666/1993 disciplina que o procedimento licitatório tem a finalidade garantir a seleção da melhor proposta para a administração, bem como, permitir a participação isonômica dos interessados com base nos princípios que regem o Direito Administrativo, além daqueles específicos das Licitações e Contratos, relacionados no artigo 3º da Lei nº. 8.666/1993, *verbis*:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do **princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.** (grifo nosso)

Sobre os procedimentos a serem adotados nos processos licitatórios e nos contratos administrativos, a legislação geral possibilita os entes federativos a estabelecerem regulamentação específica, sempre obedecendo aos preceitos gerais da Lei nº. 8.666/1993.

Desta forma, importante destacar os princípios, regulamentação, organização e finalidades vinculadas a Controladoria Geral do Município - Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública do Município, regulamentados por meio Lei Complementar nº. 425/2021, em especial os artigos 1º e 6º:

Art.1º Fica criada de forma permanente a Controladoria-Geral do Município - CGM no âmbito municipal de Joaçaba, órgão central do Sistema Municipal de Controle Interno, conforme previsão no artigo 75-A, da Lei Orgânica Municipal e respaldo no caput do artigo 31 da Constituição Federal, ligado diretamente ao Gabinete do Prefeito. **Responsável pelo planejamento, coordenação, orientação, direção, fiscalização, normatização e promoção do controle interno da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Município de Joaçaba.**

[...]

Art. 6º O Sistema de Controle Interno na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, coordenado pela Controladoria Geral do Município - CGM adotará as seguintes **formas de controle**:

I - **Prévio e/ou Preventivo**: aquele que antecede a conclusão ou operatividade do ato, como requisito para sua eficácia. (grifo nosso)

Ainda, o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº. 387/2019, dispõe sobre a competência da Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública do Município:



Art. 14. À Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública do Município, **compete:**

[...]

IV - Analisar a legalidade e instrução processual das dispensas e inexigibilidade de licitações; (grifo nosso)

O setor solicitante tem a pretensão de realizar processo licitatório para registro de preços para a aquisição dos itens na planilha orçamentária, por meio da modalidade Pregão Eletrônico com amparo no artigo 1º. da Lei nº. 10.520/2002, tendo em vista tratar-se de serviço comum, qual seja, aquele cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. **Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.** (grifo nosso)

Destaca-se que a modalidade licitatória denominada Pregão, somente pode ser utilizada na contratação de bens e serviços comuns, conforme entendimento doutrinário sobre a definição de bens e serviços comuns:

O conceito (indeterminado) de “bem ou serviço comum” possui as seguintes características básicas: disponibilidade no mercado (o objeto é encontrado facilmente no mercado), padronização (predeterminação, de modo objetivo e uniforme, da qualidade e dos atributos essenciais do bem ou do serviço) e casuismo moderado (a qualidade “comum” deve ser verificada em cada caso concreto e não em termos abstratos). (Rafael Carvalho Rezende Oliveira. Licitações e Contratos Administrativos (Locais do Kindle 2143- 2146). Edição do Kindle). (grifo nosso)

Quanto a aplicabilidade da Lei 8.666/1993 no caso em tela, diante aplicação da Lei 14.133/2021 – Nova Lei de Licitação nos processos licitatórios no Município de Joaçaba a partir de 01/04/2023, verifica-se que o presente processo fora protocolado em 24/02/2023, aplicando-se a Lei 8.666/1993, conforme disciplina o art. 2º do Decreto 6.767/2023:

Art. 2º Os processos licitatórios e de contratação direta contendo o Termo de Referência, na forma do art. 1º, ou documento em apartado, devidamente assinado até 31 de março de 2023, com a opção expressa pela aplicação das disposições das Leis Federais nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e dos arts. 1º a 47-A da Lei Federal nº 12.462, de 2011, serão regidos pelas referidas normas.

Diante dos dispositivos legais citados, passe-se a análise do processo licitatório



encaminhado para parecer, constata-se que o procedimento foi iniciado com a abertura de processo administrativo e por meio do Termo de Referência nº. 01/2023, da Secretaria de Comunicação, Cultura, Turismo e Eventos, contendo a indicação de seu objeto e os documentos necessários para a modalidade de Pregão Eletrônico, visto que os bens são usualmente ofertados no mercado.

A Secretaria solicitante justifica que fora apresentado somente um orçamento no item 4 da planilha orçamentária, visto que os demais fornecedores que apresentaram cotação não possuem o item para locação.

Verifica-se que o processo preenche os requisitos estabelecidos na Lei nº. 8.666/1993, Decreto Federal nº. 10.024/2019 e Decreto Municipal nº. 5.918/2020, impondo aos participantes as condições para participação do certame, assim como, a minuta do contrato e seus anexos, obedece às normas legais vigentes, bem como, a minuta do Edital preenche todos os preceitos dos artigos 40 e 61 da Lei nº. 8.666/1993.

Excluiu-se a análise dos aspectos técnicos os quais são de responsabilidade do responsável técnico e do setor solicitante, bem como, exclui-se a análise da conveniência administrativa da contratação.

Salvo melhor juízo, o processo apresentou o seu rito de forma regular.

É o parecer.

Joaçaba, 22 de maio de 2023.

AUGUSTO ZAGONEL

Secretário de Transparência, Controle e
Gestão Pública

EMANUELLE BIOLCHI

Técnica de Administração – Controladora
Interna